

Senhores Acionistas, Atendendo às disposições legais e estatutárias, a Administração da Eltricidade do Brasil S.A. - EBRASIL submeteu à apreciação dos senhores acionistas as demonstrações financeiras da Companhia, referente ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2014. Recife, 20 de abril de 2015. A Administração

Ativo	Nota	Controladora		Consolidado	
		2014	2013	2014	2013
Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	4	20	2.222	66.702	2.896
Contas a receber de clientes	5	-	-	225.845	28.689
Estoques	6	-	-	24.130	10.179
Impostos a recuperar	7	543	459	30.474	18.728
Outras contas a receber	8	11.717	19.446	29.258	24.124
Total do ativo circulante		12.280	22.127	376.409	84.616
Não circulante					
Impostos a recuperar	7	-	-	2.350	5.901
Outras contas a receber	8	-	-	10.684	10.586
Partes relacionadas - Mútuo	19	152	4.737	152	25
Investimentos	9	402.421	164.677	79.389	76.981
Imobilizado	10	15	-	208.169	205.962
Intangível	11	-	-	157	-
Diferido	11	-	-	10.296	12.627
Total do ativo não circulante		402.588	169.414	311.197	312.082
Total do ativo		414.868	191.541	687.606	396.698

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

	Reserva de lucros				Lucros (prejuízos) acumulados	Participação de não controladores	Total do patrimônio líquido
	Capital social integralizado	Ajuntamento para futuro aumento de capital	Reserva de capital	Retenção de lucros			
Saldo em 31 de dezembro de 2012	39.590	321	82.512	3.247	44.383	170.053	6.224
Participação de não controladores	-	-	-	-	69.696	69.696	777
Destinações:	-	-	3.485	-	(3.485)	-	-
Constituição de reserva legal	-	-	-	-	(1.552)	-	(16.552)
Dividendo mínimo obrigatório(25%)	-	-	-	-	(43.961)	-	(60.514)
Constituição da reserva de retenção de lucros	-	-	-	-	33.106	-	(33.106)
Saldo em 31 de dezembro de 2013	39.590	321	82.512	6.732	33.528	162.683	7.001
Participação de não controladores	-	-	-	-	291.129	291.129	12.623
Destinações:	-	-	-	-	-	-	-
Constituição de reserva legal	-	-	-	-	(1.186)	-	(72.486)
Dividendo mínimo obrigatório(25%)	-	-	-	-	(72.486)	-	(72.486)
Dividendo pago AGO de 09/04/2014	-	-	-	-	(33.528)	-	(33.528)
Constituição da reserva de retenção de lucros	-	-	-	-	217.457	-	(217.457)
Saldo em 31 de dezembro de 2014	39.590	321	82.512	7.918	217.457	347.798	19.624

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

1 Contexto operacional. A Eltricidade do Brasil S.A. ("EBRASIL" ou "Sociedade") é uma sociedade anônima de capital fechado, domiciliada no Brasil, com sede em Recife - Pernambuco. A EBRASIL foi constituída em 14 de outubro de 2008, com o objetivo de participar em outras sociedades, comerciais e industriais, e na gestão de empreendimentos. A Sociedade é uma controlada integral da DC Energia e Participações S.A. ("DC Energia"). Em 31 de dezembro de 2014, a Sociedade possui participações em controladas e coligadas controladas e coligadas controladas. As participações em controladas são: Energia Ltda. ("EBE") - 95% das ações da Centrais Elétrica de Pernambuco S.A. ("EPESA") - 83% das quotas da EBRAS L Norte Geradora de Energia Ltda. ("ENORTE"); 41,42% das ações da Centrais Elétrica da Paraíba S.A. ("EPASA"); e 24% das ações da Termocabo S.A. ("Termocabo"). A transferência do controle da EPESA possui cláusula condicionante à aprovação dos debenturistas e da Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL. A Termocabo é uma sociedade anônima de capital fechado, com sede no Rio de Janeiro-RJ e uma usina termelétrica localizada em Cabo Santo Agostinho - PE. Foi constituída em 27 de agosto de 2001 iniciou suas operações em setembro de 2002, com capacidade geradora de 48 MW para atender ao contrato firmado com a Comercializadora Brasileira de Energia Emergencial (CBEE), cujo término ocorreu em dezembro de 2005 junto com o fim do Programa Emergencial do Governo Federal. A Usina participou e venceu um leilão em julho de 2007 e possui contratos de comercialização de energia no ambiente regulado ("CCEAR") pelo prazo de 15 anos a partir de 1º de janeiro de 2010. A EPASA é uma sociedade anônima de capital fechado com sede em Recife-PE. Foi constituída em 27 de agosto de 2001 iniciou suas operações em setembro e Termoparabá, ambas movidas a óleo combustível e com potência instalada de 170,80 MWh cada. As autorizações são provenientes do leilão promovido pela ANEEL em 9 de julho de 2007. Os contratos de comercialização de energia no ambiente regulado são pelo prazo de 15 anos a partir de 1º de janeiro de 2010. As Usinas entraram em operação comercial em 24 de dezembro de 2010 e 13 de janeiro de 2011, respectivamente. Visando a melhoria operacional das usinas, em 31 de janeiro de 2014, a Companhia realizou um aumento de capital social no valor de R\$ 65.000,00 em parcelas. A ENORTE é uma sociedade limitada com sede em Iranduba - Amazonas, constituída em 13 de maio de 2010 para atender ao contrato firmado com a Amazonas Distribuidora de Energia S.A. (controlada da Eletrobrás S.A.). O objeto deste contrato é a locação de grupos geradores de energia elétrica e seus sistemas auxiliares e associados e os serviços de operação e manutenção da Usina para uma potência contratada de 50 MW e com 5º aditivo contratual a potência instalada foi reduzida para 25MW. A Usina entrou em operação comercial em 16 de novembro de 2010 e em 28 de janeiro de 2015 foi assinado o 5º Termo Aditivo ao contrato nº OC.52.278/2010 prorrogando o prazo, com vigência até 30 de abril de 2015. A Administração protocolou em 7 de abril de 2015, o 6º Aditivo Contratual com a Amazonas Energia para fins de renovação do contrato por mais 12 meses nas mesmas condições atuais, em continuidade às atividades operacionais da ENORTE. A EPESA é uma sociedade anônima de capital fechado que implementou e opera duas centrais geradoras de energia elétrica em operação em 16 de novembro de 2010 e em 28 de janeiro de 2015 foi assinado o 5º Termo Aditivo ao contrato nº OC.52.278/2010 prorrogando o prazo, com vigência até 30 de abril de 2015. A Administração protocolou em 7 de abril de 2015, o 6º Aditivo Contratual com a Amazonas Energia para fins de renovação do contrato por mais 12 meses nas mesmas condições atuais, em continuidade às atividades operacionais da ENORTE. A EPESA é uma sociedade anônima de capital fechado que implementou e opera duas centrais geradoras de energia elétrica em operação em 16 de novembro de 2010 e em 28 de janeiro de 2015 foi assinado o 5º Termo Aditivo ao contrato nº OC.52.278/2010 prorrogando o prazo, com vigência até 30 de abril de 2015. A Administração protocolou em 7 de abril de 2015, o 6º Aditivo Contratual com a Amazonas Energia para fins de renovação do contrato por mais 12 meses nas mesmas condições atuais, em continuidade às atividades operacionais da ENORTE. A EPESA é uma sociedade anônima de capital fechado que implementou e opera duas centrais geradoras de energia elétrica em operação em 16 de novembro de 2010 e em 28 de janeiro de 2015 foi assinado o 5º Termo Aditivo ao contrato nº OC.52.278/2010 prorrogando o prazo, com vigência até 30 de abril de 2015. A Administração protocolou em 7 de abril de 2015, o 6º Aditivo Contratual com a Amazonas Energia para fins de renovação do contrato por mais 12 meses nas mesmas condições atuais, em continuidade às atividades operacionais da ENORTE.

2 Base de preparação. a. Declaração de conformidade com relação às demonstrações financeiras. As demonstrações financeiras foram preparadas com base nas práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP). A autorização para conclusão destas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ocorreu na reunião do Conselho de Administração de 20 de abril de 2015. **b. Base de mensuração.** As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas com base no custo. **c. Moeda funcional e moeda de apresentação.** Estas demonstrações financeiras individuais e consolidadas são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Sociedade. Todas as informações financeiras foram expressas em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma. **d. Uso de estimativas e julgamento.** A preparação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. **e. Estimativas.** Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são revistas a período em que as atividades operacionais e os eventos relativos a fluxos afetados. **f. Julgamentos.** Os julgamentos são aplicados em relação a políticas contábeis adotadas que apresentam efeitos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras estão incluídas na Nota Explicativa nº 17 - tratamento do adiantamento para futuro aumento do capital. **g. Incerteza.** As informações sobre incertezas sobre premissas e estimativas que possam um risco significativo de resultar em um ajuste material dentro do próximo exercício financeiro estão incluídas nas seguintes Notas Explicativas: - Notas 10 e 11 - valor de recuperação do imobilizado e diferido; - Notas 12 e 13 - reconhecimento de passivos contingentes; - Notas 14 e 15 - reconhecimento de ativos contingentes; - Notas 16 e 17 - mensuração de instrumentos financeiros. **Mensuração do valor justo.** Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, a Sociedade e suas investidas usam dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (inputs) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma: - **Nível 1:** preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos semelhantes; - **Nível 2:** preços cotados ou preços cotados no Nível 1, que não são observáveis para o ativo ou passivo; - **Nível 3:** diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços). - **Nível 3:** inputs, para o ativo ou passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis). A Sociedade e suas investidas reconhecem as transferências entre níveis da hierarquia do valor justo, se houver, no final do exercício das demonstrações financeiras em que ocorreram as mudanças. **e. Moeda estrangeira.** As operações em moedas estrangeiras são convertidas para a moeda funcional com base nas taxas de câmbio vigentes nas datas das transações por meio de procedimentos de mensuração de custos mensurados. Os ganhos e as perdas cambiais resultantes da liquidação dessas transações e da conversão pelas taxas de câmbio do final do exercício, referentes a ativos e passivos monetários em moedas estrangeiras, são reconhecidas na demonstração do resultado. **3 Principais políticas contábeis.** O Grupo aplicou as políticas contábeis descritas em detalhes abaixo de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nestas demonstrações financeiras individuais e consolidadas. **a. Base para consolidação. (i) Participação de acionistas não-controladores.** O Grupo elegeu mensurar qualquer participação de não-controladores pela participação de não-controladores, exceto quando identificáveis na data de aquisição. Mudanças na participação do Grupo em uma subsidiária que não resultem em perda de controle são contabilizadas como transações de patrimônio líquido. **(ii) Investimentos em sociedades contabilizados pelo método de equivalência patrimonial.** Os investimentos do Grupo em entidades são contabilizados pelo método da equivalência patrimonial e compreendem suas participações em coligadas e controladas. As coligadas são aquelas sociedades nas quais o Grupo, direta ou indiretamente, tem influência significativa, mas não o controle. As sociedades relacionadas são operações. Os investimentos são reconhecidos inicialmente pelo custo, o qual inclui os gastos com a transação. Após o reconhecimento inicial, as demonstrações financeiras consolidadas incluem a participação do Grupo no lucro ou prejuízo do exercício e outros resultados abrangentes da investida até a data em que a influência significativa deixa de existir. **(iii) Controladas.** O Grupo controla uma sociedade quando está exposto ou quando tem direito sobre os retornos variáveis advindos de seu envolvimento com a sociedade e tem a habilidade de influenciar esses retornos exercendo seu poder de voto. O Grupo também controla uma sociedade quando o Grupo possui o controle sobre as decisões financeiras consolidadas a partir da data em que o controle se inicia até a data em que o controle deixa de existir. **(iv) Critérios de consolidação.** A consolidação foi elaborada de acordo com o CPC 36 (R1) - "Instrumentos Consolidados e incluem as demonstrações financeiras das controladas diretas e indiretas da Sociedade. Os principais procedimentos de consolidação são: soma dos saldos das contas de ativo, passivo, receitas e despesas, segundo a natureza contábil; eliminação dos saldos de ativos e passivos em transações entre controladas; eliminação de saldos de ativos e passivos consolidados; eliminação dos investimentos e correspondentes participações no patrimônio líquido das empresas controladas; e destaque das participações dos acionistas não controladores no patrimônio líquido e no resultado do exercício. **(v) Transações eliminadas na consolidação.** Saldos e transações entre sociedades, e quaisquer receitas ou despesas derivadas de transações entre as sociedades, são eliminadas na preparação das informações contábeis consolidadas. Ganhos não realizados em operações de transferência de ativos e passivos são eliminados. Ganhos não realizados em operações de investimento na proporção da participação na Sociedade. **b. Ativos passivos financeiros. (i) Ativos financeiros não derivativos. Reconhecimento e desreconhecimento.** O Grupo reconhece os depósitos e mútuos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos são reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual a Sociedade se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento. O Grupo deixa de reconhecer um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando transfere os direitos ao controle de um ativo financeiro para outra entidade. O Grupo deixa de reconhecer um ativo financeiro essencialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, somente quando, a Sociedade tenha o direito legal de compensar os valores e tenha a intenção de liquidar em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. **Mensuração.** Os empréstimos e recebíveis da Sociedade compreendem os empréstimos a partes relacionadas, contas a receber de clientes, demais contas a receber e caixa e equivalentes de caixa e depósitos em depósitos em conta reserva a serviço da divida. São incluídos no ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento ou perspectiva de realização superior a 12 meses após a data de emissão do balanço. Os empréstimos e recebíveis possuem pagamentos calculáveis que não são cotados no mercado ativo. Tais ativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos. **(ii) Capital social. Ações ordinárias.** Ações ordinárias são classificadas como patrimônio líquido. O direito a voto é reservado, exclusivamente para o Grupo. Os dividendos são reconhecidos inicialmente pelo custo, o qual inclui os custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos. **(iii) Capital social. Ações ordinárias.** Ações ordinárias são classificadas como patrimônio líquido. O direito a voto é reservado, exclusivamente para o Grupo. Os dividendos são reconhecidos inicialmente pelo custo, o qual inclui os custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos. **(iv) Capital social. Ações ordinárias.** Ações ordinárias são classificadas como patrimônio líquido. O direito a voto é reservado, exclusivamente para o Grupo. Os dividendos são reconhecidos inicialmente pelo custo, o qual inclui os custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos. **(v) Capital social. Ações ordinárias.** Ações ordinárias são classificadas como patrimônio líquido. O direito a voto é reservado, exclusivamente para o Grupo. Os dividendos são reconhecidos inicialmente pelo custo, o qual inclui os custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos. **(vi) Capital social. Ações ordinárias.** Ações ordinárias são classificadas como patrimônio líquido. O direito a voto é reservado, exclusivamente para o Grupo. Os dividendos são reconhecidos inicialmente pelo custo, o qual inclui os custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos. **(vii) Capital social. Ações ordinárias.** Ações ordinárias são classificadas como patrimônio líquido. O direito a voto é reservado, exclusivamente para o Grupo. Os dividendos são reconhecidos inicialmente pelo custo, o qual inclui os custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos. **(viii) Capital social. Ações ordinárias.** Ações ordinárias são classificadas como patrimônio líquido. O direito a voto é reservado, exclusivamente para o Grupo. Os dividendos são reconhecidos inicialmente pelo custo, o qual inclui os custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos. **(ix) Capital social. Ações ordinárias.** Ações ordinárias são classificadas como patrimônio líquido. O direito a voto é reservado, exclusivamente para o Grupo. Os dividendos são reconhecidos inicialmente pelo custo, o qual inclui os custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos. **(x) Capital social. Ações ordinárias.** Ações ordinárias são classificadas como patrimônio líquido. O direito a voto é reservado, exclusivamente para o Grupo. Os dividendos são reconhecidos inicialmente pelo custo, o qual inclui os custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos. **(xi) Capital social. Ações ordinárias.** Ações ordinárias são classificadas como patrimônio líquido. O direito a voto é reservado, exclusivamente para o Grupo. Os dividendos são reconhecidos inicialmente pelo custo, o qual inclui os custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos. **(xii) Capital social. Ações ordinárias.** Ações ordinárias são classificadas como patrimônio líquido. O direito a voto é reservado, exclusivamente para o Grupo. Os dividendos são reconhecidos inicialmente pelo custo, o qual inclui os custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos. **(xiii) Capital social. Ações ordinárias.** Ações ordinárias são classificadas como patrimônio líquido. O direito a voto é reservado, exclusivamente para o Grupo. Os dividendos são reconhecidos inicialmente pelo custo, o qual inclui os custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos. **(xiv) Capital social. Ações ordinárias.** Ações ordinárias são classificadas como patrimônio líquido. O direito a voto é reservado, exclusivamente para o Grupo. Os dividendos são reconhecidos inicialmente pelo custo, o qual inclui os custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos. **(xv) Capital social. Ações ordinárias.** Ações ordinárias são classificadas como patrimônio líquido. O direito a voto é reservado, exclusivamente para o Grupo. Os dividendos são reconhecidos inicialmente pelo custo, o qual inclui os custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos. **(xvi) Capital social. Ações ordinárias.** Ações ordinárias são classificadas como patrimônio líquido. O direito a voto é reservado, exclusivamente para o Grupo. Os dividendos são reconhecidos inicialmente pelo custo, o qual inclui os custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos. **(xvii) Capital social. Ações ordinárias.** Ações ordinárias são classificadas como patrimônio líquido. O direito a voto é reservado, exclusivamente para o Grupo. Os dividendos são reconhecidos inicialmente pelo custo, o qual inclui os custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos. **(xviii) Capital social. Ações ordinárias.** Ações ordinárias são classificadas como patrimônio líquido. O direito a voto é reservado, exclusivamente para o Grupo. Os dividendos são reconhecidos inicialmente pelo custo, o qual inclui os custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos. **(xix) Capital social. Ações ordinárias.** Ações ordinárias são classificadas como patrimônio líquido. O direito a voto é reservado, exclusivamente para o Grupo. Os dividendos são reconhecidos inicialmente pelo custo, o qual inclui os custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos. **(xx) Capital social. Ações ordinárias.** Ações ordinárias são classificadas como patrimônio líquido. O direito a voto é reservado, exclusivamente para o Grupo. Os dividendos são reconhecidos inicialmente pelo custo, o qual inclui os custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos. **(xxi) Capital social. Ações ordinárias.** Ações ordinárias são classificadas como patrimônio líquido. O direito a voto é reservado, exclusivamente para o Grupo. Os dividendos são reconhecidos inicialmente pelo custo, o qual inclui os custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos. **(xxii) Capital social. Ações ordinárias.** Ações ordinárias são classificadas como patrimônio líquido. O direito a voto é reservado, exclusivamente para o Grupo. Os dividendos são reconhecidos inicialmente pelo custo, o qual inclui os custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos. **(xxiii) Capital social. Ações ordinárias.** Ações ordinárias são classificadas como patrimônio líquido. O direito a voto é reservado, exclusivamente para o Grupo. Os dividendos são reconhecidos inicialmente pelo custo, o qual inclui os custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos. **(xxiv) Capital social. Ações ordinárias.** Ações ordinárias são classificadas como patrimônio líquido. O direito a voto é reservado, exclusivamente para o Grupo. Os dividendos são reconhecidos inicialmente pelo custo, o qual inclui os custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos. **(xxv) Capital social. Ações ordinárias.** Ações ordinárias são classificadas como patrimônio líquido. O direito a voto é reservado, exclusivamente para o Grupo. Os dividendos são reconhecidos inicialmente pelo custo, o qual inclui os custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos. **(xxvi) Capital social. Ações ordinárias.** Ações ordinárias são classificadas como patrimônio líquido. O direito a voto é reservado, exclusivamente para o Grupo. Os dividendos são reconhecidos inicialmente pelo custo, o qual inclui os custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos. **(xxvii) Capital social. Ações ordinárias.** Ações ordinárias são classificadas como patrimônio líquido. O direito a voto é reservado, exclusivamente para o Grupo. Os dividendos são reconhecidos inicialmente pelo custo, o qual inclui os custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos. **(xxviii) Capital social. Ações ordinárias.** Ações ordinárias são classificadas como patrimônio líquido. O direito a voto é reservado, exclusivamente para o Grupo. Os dividendos são reconhecidos inicialmente pelo custo, o qual inclui os custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos. **(xxix) Capital social. Ações ordinárias.** Ações ordinárias são classificadas como patrimônio líquido. O direito a voto é reservado, exclusivamente para o Grupo. Os dividendos são reconhecidos inicialmente pelo custo, o qual inclui os custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos. **(xxx) Capital social. Ações ordinárias.** Ações ordinárias são classificadas como patrimônio líquido. O direito a voto é reservado, exclusivamente para o Grupo. Os dividendos são reconhecidos inicialmente pelo custo, o qual inclui os custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos. **(xxxi) Capital social. Ações ordinárias.** Ações ordinárias são classificadas como patrimônio líquido. O direito a voto é reservado, exclusivamente para o Grupo. Os dividendos são reconhecidos inicialmente pelo custo, o qual inclui os custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos. **(xxxii) Capital social. Ações ordinárias.** Ações ordinárias são classificadas como patrimônio líquido. O direito a voto é reservado, exclusivamente para o Grupo. Os dividendos são reconhecidos inicialmente pelo custo, o qual inclui os custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos. **(xxxiii) Capital social. Ações ordinárias.** Ações ordinárias são classificadas como patrimônio líquido. O direito a voto é reservado, exclusivamente para o Grupo. Os dividendos são reconhecidos inicialmente pelo custo, o qual inclui os custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos. **(xxxiv) Capital social. Ações ordinárias.** Ações ordinárias são classificadas como patrimônio líquido. O direito a voto é reservado, exclusivamente para o Grupo. Os dividendos são reconhecidos inicialmente pelo custo, o qual inclui os custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos. **(xxxv) Capital social. Ações ordinárias.** Ações ordinárias são classificadas como patrimônio líquido. O direito a voto é reservado, exclusivamente para o Grupo. Os dividendos são reconhecidos inicialmente pelo custo, o qual inclui os custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos. **(xxxvi) Capital social. Ações ordinárias.** Ações ordinárias são classificadas como patrimônio líquido. O direito a voto é reservado, exclusivamente para o Grupo. Os dividendos são reconhecidos inicialmente pelo custo, o qual inclui os custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos. **(xxxvii) Capital social. Ações ordinárias.** Ações ordinárias são classificadas como patrimônio líquido. O direito a voto é reservado, exclusivamente para o Grupo. Os dividendos são reconhecidos inicialmente pelo custo, o qual inclui os custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos. **(xxxviii) Capital social. Ações ordinárias.** Ações ordinárias são classificadas como patrimônio líquido. O direito a voto é reservado, exclusivamente para o Grupo. Os dividendos são reconhecidos inicialmente pelo custo, o qual inclui os custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos. **(xxxix) Capital social. Ações ordinárias.** Ações ordinárias são classificadas como patrimônio líquido. O direito a voto é reservado, exclusivamente para o Grupo. Os dividendos são reconhecidos inicialmente pelo custo, o qual inclui os custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos. **(xl) Capital social. Ações ordinárias.** Ações ordinárias são classificadas como patrimônio líquido. O direito a voto é reservado, exclusivamente para o Grupo. Os dividendos são reconhecidos inicialmente pelo custo, o qual inclui os custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos. **(xli) Capital social. Ações ordinárias.** Ações ordinárias são classificadas como patrimônio líquido. O direito a voto é reservado, exclusivamente para o Grupo. Os dividendos são reconhecidos inicialmente pelo custo, o qual inclui os custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos. **(xlii) Capital social. Ações ordinárias.** Ações ordinárias são classificadas como patrimônio líquido. O direito a voto é reservado, exclusivamente para o Grupo. Os dividendos são reconhecidos inicialmente pelo custo, o qual inclui os custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos. **(xliiii) Capital social. Ações ordinárias.** Ações ordinárias são classificadas como patrimônio líquido. O direito a voto é reservado, exclusivamente para o Grupo. Os dividendos são reconhecidos inicialmente pelo custo, o qual inclui os custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos. **(xliiii) Capital social. Ações ordinárias.** Ações ordinárias são classificadas como patrimônio líquido. O direito a voto é reservado, exclusivamente para o Grupo. Os dividendos são reconhecidos inicialmente pelo custo, o qual inclui os custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos. **(xliiii) Capital social. Ações ordinárias.** Ações ordinárias são classificadas como patrimônio líquido. O direito a voto é reservado, exclusivamente para o Grupo. Os dividendos são reconhecidos inicialmente pelo custo, o qual inclui os custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos. **(xliiii) Capital social. Ações ordinárias.** Ações ordinárias são classificadas como patrimônio líquido. O direito a voto é reservado, exclusivamente para o Grupo. Os dividendos são reconhecidos inicialmente pelo custo, o qual inclui os custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos. **(xliiii) Capital social. Ações ordinárias.** Ações ordinárias são classificadas como patrimônio líquido. O direito a voto é reservado, exclusivamente para o Grupo. Os dividendos são reconhecidos inicialmente pelo custo, o qual inclui os custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos. **(xliiii) Capital social. Ações ordinárias.** Ações ordinárias são classificadas como patrimônio líquido. O direito a voto é reservado, exclusivamente para o Grupo. Os dividendos são reconhecidos inicialmente pelo custo, o qual inclui os custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos. **(xliiii) Capital social. Ações ordinárias.** Ações ordinárias são classificadas como patrimônio líquido. O direito a voto é reservado, exclusivamente para o Grupo. Os dividendos são reconhecidos inicialmente pelo custo, o qual inclui os custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos. **(xliiii) Capital social. Ações ordinárias.** Ações ordinárias são classificadas como patrimônio líquido. O direito a voto é reservado, exclusivamente para o Grupo. Os dividendos são reconhecidos inicialmente pelo custo, o qual inclui os custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos. **(xliiii) Capital social. Ações ordinárias.** Ações ordinárias são classificadas como patrimônio líquido. O direito a voto é reservado, exclusivamente para o Grupo. Os dividendos são reconhecidos inicialmente pelo custo, o qual inclui os custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos. **(xliiii) Capital social. Ações ordinárias.** Ações ordinárias são classificadas como patrimônio líquido. O direito a voto é reservado, exclusivamente para o Grupo. Os dividendos são reconhecidos inicialmente pelo custo, o qual inclui os custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos. **(xliiii) Capital social. Ações ordinárias.** Ações ordinárias são classificadas como patrimônio líquido. O direito a voto é reservado, exclusivamente para o Grupo. Os dividendos são reconhecidos inicialmente pelo custo, o qual inclui os custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos. **(xliiii) Capital social. Ações ordinárias.** Ações ordinárias são classificadas como patrimônio líquido. O direito a voto é reservado, exclusivamente para o Grupo. Os dividendos são reconhecidos inicialmente pelo custo, o qual inclui os custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos. **(xliiii) Capital social. Ações ordinárias.** Ações ordinárias são classificadas como patrimônio líquido. O direito a voto é reservado, exclusivamente para o Grupo. Os dividendos são reconhecidos inicialmente pelo custo, o qual inclui os custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos. **(xliiii) Capital social. Ações ordinárias.** Ações ordinárias são classificadas como patrimônio líquido. O direito a voto é reservado, exclusivamente para o Grupo. Os dividendos são reconhecidos inicialmente pelo custo, o qual inclui os custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos. **(xliiii) Capital social. Ações ordinárias.** Ações ordinárias são classificadas como patrimônio líquido. O direito a voto é reservado, exclusivamente para o Grupo. Os dividendos são reconhecidos inicialmente pelo custo, o qual inclui os custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos. **(xliiii) Capital social. Ações ordinárias.** Ações ordinárias são classificadas como patrimônio líquido. O direito a voto é reservado, exclusivamente para o Grupo. Os dividendos são reconhecidos inicialmente pelo custo, o qual inclui os custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos. **(xliiii) Capital social. Ações ordinárias.** Ações ordinárias são classificadas como patrimônio líquido. O direito a voto é reservado, exclusivamente para o Grupo. Os dividendos são reconhecidos inicialmente pelo custo, o qual inclui os custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos. **(xliiii) Capital social. Ações ordinárias.** Ações ordinárias são classificadas como patrimônio líquido. O direito a voto é reservado, exclusivamente para o Grupo. Os dividendos são reconhecidos inicialmente pelo custo, o qual inclui os custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos. **(xliiii) Capital social. Ações ordinárias.** Ações ordinárias são classificadas como patrimônio líquido. O direito a voto é reservado, exclusivamente para o Grupo. Os dividendos são reconhecidos inicialmente pelo custo, o qual inclui os custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos. **(xliiii) Capital social. Ações ordinárias.** Ações ordinárias são classificadas como patrimônio líquido. O direito a voto é reservado, exclusivamente para o Grupo. Os dividendos são reconhecidos inicialmente pelo custo, o qual inclui os custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos. **(xliiii) Capital social. Ações ordinárias.** Ações ordinárias são classificadas como patrimônio líquido. O direito a voto é reservado, exclusivamente para o Grupo. Os dividendos são reconhecidos inicialmente pelo custo, o qual inclui os custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos. **(xliiii) Capital social. Ações ordinárias.** Ações ordinárias são classificadas como patrimônio líquido. O direito a voto é reservado, exclusivamente para o Grupo. Os dividendos são reconhecidos inicialmente pelo custo, o qual inclui os custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos. **(xliiii) Capital social. Ações ordinárias.** Ações ordinárias são classificadas como patrimônio líquido. O direito a voto é reservado, exclusivamente para o Grupo. Os dividendos são reconhecidos inicialmente pelo custo, o qual inclui os custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos. **(xliiii) Capital social. Ações ordinárias.** Ações ordinárias são classificadas como patrimônio líquido. O direito a voto é reservado, exclusivamente para o Grupo. Os dividendos são reconhecidos inicialmente pelo custo, o qual inclui os custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos. **(xliiii) Capital social. Ações ordinárias.** Ações ordinárias são classificadas como patrimônio líquido. O direito a voto é reservado, exclusivamente para o Grupo. Os dividendos são reconhecidos inicialmente pelo custo, o qual inclui os custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos. **(xliiii) Capital social. Ações ordinárias.** Ações ordinárias são classificadas como patrimônio líquido. O direito a voto é reservado, exclusivamente para o Grupo. Os dividendos são reconhecidos inicialmente pelo custo, o qual inclui os custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos. **(xliiii) Capital social. Ações ordinárias.** Ações ordinárias são classificadas como patrimônio líquido. O direito a voto é reservado, exclusivamente para o Grupo. Os dividendos são reconhecidos inicialmente pelo custo, o qual inclui os custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento

atividades, como geradores reservas para indústrias, auto-geração, tancagem de combustíveis de qualquer natureza, etc. Com base em sua melhor estimativa, a EPESA realizou análise de imparidade do seu ativo imobilizado e ativo diferido, com base nas projeções do resultado futuro até 2023. Os fluxos de caixa futuros estimados foram descontados a uma única taxa de desconto a qual refletir o custo médio de oportunidade da Sociedade (12,25% a.a.), gerando um fluxo de caixa livre que supera substancialmente o valor residual projetado para 2023. Por essa razão, a Administração entende que não existe imparidade entre os valores registrados, portanto, nenhuma provisão foi constituída nas demonstrações financeiras. **ENORTE.** Considerando que para os ativos a vida útil estimada é maior que o tempo de contrato com a Amazonas Energia, alternativas para a recuperação do valor residual são, entre outras, (i) desmobilização e venda dos grupos geradores e chapas de aço no País ou no exterior; (ii) utilização em futuros contratos se a Empresa vencer novos leilões, editais e concorrências para geração; e (iii) destinação para outras atividades, como geradores de reservas para indústrias, auto-geração, tancagem de combustíveis de qualquer natureza.

11 Diferido

	2014	2013
Gastos administrativos pré-operacionais	1.682	1.682
Gastos de elaboração do projeto	9.025	9.025
Gastos financeiros pré-operacionais	12.603	12.603
Custo	23.310	23.310
(-) Amortização acumulada	(13.014)	(10.683)
Custo líquido	10.296	12.627

O diferido está sendo amortizado em 10 anos, sendo apropriados aos resultados dos exercícios despesas com amortização de R\$ 2.331 anualmente. A controlada EPESA decidiu pela manutenção do valor do ativo diferido, conforme previsto na legislação vigente, até sua completa amortização.

12 Fornecedores

	2014	2013
Fiança CPF	885	885
Areva (i)	-	7.580
Transmissoras (ii)	-	1.417
BR Distribuidora (iii)	-	13.212
Twenty Six Trading (iv)	-	9.128
Stemac Grupos Geradores (v)	-	1.911
Caterpillar	-	2.675
Outros	26	33
Total	911	16.749

(i) Em 16 de novembro de 2007, a controlada EPESA contratou a Benco Energia Ltda. para a prestação de serviço de engenharia, gerenciamento, construção e montagem das usinas. Na execução do serviço a Benco subcontratou em abril de 2008 a Areva Transmissão e Distribuição de Energia Ltda. para instalar os disjuntores-chave, seccionadores, para-raio, transformadores de corrente e tensão, sistema de proteção e controle e os cubículos de média tensão. A Areva emitiu notas fiscais de R\$ 7.580, as quais se encontram pendentes de pagamento pela EPESA dado ao fato da Sociedade ter movido ação contra a Areva por perdas e danos decorrente do atraso na entrada em operação das usinas (Nota Explicativa nº 17). Parte do valor está depositada em juízo e para o restante foi oferecida fiança bancária e penhora de bens do sócio controlador. (ii) Tarifa paga pela controlada EPESA, mensalmente, para 64 transmissoras pelo uso das redes de transmissão, conforme contratos regulados pelo ART 17. Refere-se a aquisição de óleo diesel para geração em andamento ao longo do ano. (iii) O mesmo contrato em andamento no mês de agosto de 2014. (iv) Refere-se a aquisição de peças de reposição no exterior pela controlada EPESA. (v) Refere-se a aquisição de 12 grupos geradores em 2013 pela controlada ENORTE para adicionar à reserva técnica da empresa, com a assinatura do contrato do FINAME em 2014 (Nota Explicativa nº 13).

13 Empréstimos e financiamentos

	2014	2013
Finame BNDES - Itaú BBA	5.446	3.982
Total	5.446	3.982

Circulante 2.011 1.140
Não circulante 3.435 2.842

Os financiamentos apresentam as seguintes modalidades e condições de negociação:

Modalidade	Custo	Captação	Vencimento	Parcelas	2014	2013
Finame BNDES - Itaú BBA - EPESA	3,00 % a.a.	Jul/17	31	3.604	3.982	
Finame BNDES - Itaú BBA - ENORTE	3,00 % a.a.	set/18	45	1.842	-	
Total				5.446	3.982	

ENORTE. O financiamento FINAME contratado em janeiro de 2014 para aquisição de 12 grupos geradores para a usina para adicionar à reserva técnica, estando os referidos equipamentos em garantia desta operação. **EPESA.** A Sociedade possui acordo com os debenturistas para assumir até R\$ 12.600 de empréstimos de capital de giro, desde que atendidas às exigências de índice de cobertura. A EPESA possui financiamento BNDES Finame com o Banco Itaú BBA para aquisição de 25 Grupos Geradores da Stemac para usina, aumentando sua reserva técnica, estando os referidos equipamentos em garantia desta operação.

14 Debêntures

	2014	2013
Principal	-	10.000
Juros	409	1.096
Total	409	11.096

Circulante 10.409 123.865
Não circulante 10.409 14.250

a. Controladora. Emissão e encargos. Em 1º de setembro de 2011, a Sociedade emitiu debêntures não conversíveis, com garantia real, no valor total de R\$ 15.000, que foram integralmente subscritas e integralizadas, que foram liquidadas integralmente em 1º de setembro de 2014. As debêntures fazem jus aos juros correspondentes à variação acumulada de 100% da Taxa DI do Extra Grupo, acrescida de 2% (dois por cento) sobre taxa de juros, com base em 252 dias úteis, calculados de forma exponencial e cumulativa pro-rata temporis por dias úteis decorridos, desde a data de emissão ou a data de pagamento dos juros remuneratórios imediatamente anterior, conforme o caso, até a data do efetivo pagamento. **Amortização.** Os juros remuneratórios serão pagos em 6 (seis) parcelas semestrais e consecutivas, sendo a primeira devida em 1º de março de 2012 e a última em 1º de setembro de 2014. As debêntures serão amortizadas em 3 (três) parcelas semestrais e consecutivas, sendo o pagamento da primeira parcela devido em 1º de setembro de 2013 e a última em 1º de setembro de 2014, sendo liquidada integralmente nesta data. **Garantias.** As debêntures são da espécie quirográfrica e contam adicionalmente com garantia real e fideliússória, representadas respectivamente por (i) Cessão Fiduciária de Direitos incorrentes a participação societária da Sociedade nas controladas e coligadas EPESA, EPASA e Termocabo, quais sejam dividendos, lucros, juros sobre capital próprio e outras distribuições em valores. Tais créditos serão mantidos em conta vinculada, mantendo a proximidade de juros e/ou principal retidos e aplicados sob o acompanhamento do Agente Fiduciário, somente realizado a liberação de tais créditos para a conta de movimentação após verificado o regular cumprimento das obrigações garantidas; e (ii) fiança prestada pelos controladores. Com a liquidação das debêntures em 1º de setembro de 2014, as garantias oferecidas estão livres de quaisquer ônus.

b. Consolidado. Emissão e encargos. Em 22 de janeiro de 2009, a controlada EPESA emitiu debêntures não conversíveis, com garantia real, no valor total de R\$ 171.000, que foram integralmente subscritas e integralizadas pelo FI-FGTS. As debêntures são remuneradas pela variação da Taxa Referencial (TR) acrescidas de 10% a.a. **Não circulante.** As parcelas classificadas no não circulante apresentam o seguinte cronograma de desembolso:

	2014	2013
2016	13.154	14.343
2017	13.154	13.154
2018	13.154	13.154
2019 em diante	70.553	108.870
Total	109.615	147.521

Garantias. A EPESA e seus acionistas ofereceram no instrumento particular de escritura da emissão das debêntures as seguintes principais garantias: • Manutenção 3x principal e juros em conta reserva do serviço da dívida; • Alienação fiduciária de 100% das ações da Sociedade; • Penhor dos direitos emergentes das outorgas para geração de energia; • Alienação fiduciária dos principais equipamentos das usinas, ou seja, os grupos geradores e transformadores adquiridos originalmente na implantação das usinas; • Hipoteca do imóvel no qual estão localizadas as usinas; • Direitos creditórios decorrentes da receita fixa dos contratos de comercialização CCEAR; e • Receita variável dos CCEAR que exceder à parcela comprometida com a garantia constituída em benefício da fornecedora do combustível. **Cláusulas restritivas.** As principais cláusulas contratuais restritivas ("Covenants") do instrumento particular de escritura da primeira emissão privada de debêntures não conversíveis que figuram em antecipação da dívida ou ônus para a Sociedade são como seguem: • Não alterar sem anuência do objeto social, o controle acionário, emitir novas ações, realizar reorganizações societárias ou alterar o formato societário de S.A. para Ltda.; • Manter Induções e Cobertura a Serviço da Dívida acima de 1,3x; • Manter adimplência com tributos federais, estaduais e municipais; • Não ter pedido de falência, recuperação judicial, pedir recuperação extra-judicial, etc.; • Não ter títulos protestados acima de R\$1.000 (limite atualizado pelo IPC-A); • Deixar de cumprir sentença judicial transitada em julgado; • Não ter vencimentos antecipados de quaisquer dívidas; • Não alienar ativos acima de R\$1.000 (limite atualizado pelo IPC-A). A Administração da controlada EPESA entende estar cumprindo com todas as obrigações acima e não tem conhecimento de qualquer manifestação pelo agente fiduciário de descumprimento de obrigações contratuais que configurem em antecipação da dívida, inclusive tendo havido o cumprimento do limite mínimo do Índice de Cobertura do Serviço da Dívida, com a apuração de 1,48x maior que 1,3x.

15 Impostos e contribuições - corrente e diferido

	2014	2013
PIS/COFINS e ISS sobre receita	-	2.951
Retenções de terceiros	2	111
IRPJ e CSLL a recolher	-	33.047
IRPJ e CSLL diferidos (i)	-	10.297
IRRF a recolher	1	514
Outros	-	1.027
Impostos federais parcelados	-	1.867
Total	3	49.814

Circulante 3 4
Não circulante 38.745 3.325

(i) Desde 2013 a controlada EPESA vem registrando fiscalmente a diferença de taxa de depreciação anual dos equipamentos Grupos Geradores entre o que está sendo contabilizado, com base na sua vida útil estimada, de 3,33% a.a. e a taxa permitida pela legislação do Imposto de Renda de 10% a.a. Este fato provocou uma exclusão temporária, com efeito retroativo ao ano base 2009, e em 2014, relativa a este ano, na base de cálculo do IRPJ e CSLL e, consequentemente, refletindo na contabilização dos respectivos impostos diferidos, no montante de R\$ 10.297 (R\$ 7.853 em 2013), no passivo não circulante, sendo R\$ 7.071 (R\$ 5.274 em 2013) de IRPJ diferido e R\$3.226 (R\$ 2.579 em 2013) de CSLL diferido, registrados no passivo circulante, que serão revertidos após completar o prazo de 10 anos devida útil desses equipamentos.

16 Outras contas a pagar

	2014	2013
P&D - Pesquisa e Desenvolvimento (i)	10.552	5.085
Obrigações trabalhistas e sociais	1.803	1.355
Outros	229	100
Total	12.584	6.540

(i) Conforme dispõe o art. 12 da Lei nº 10.848 de 15 de março de 2004, a controlada EPESA possui a obrigação de aplicar 1% da receita operacional líquida ajustada em conformidade com os critérios definidos pela ANEEL: • 40% (quarenta por cento) dos recursos devem ser recolhidos ao Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - FNDCT; • 40% (quarenta por cento) dos recursos devem ser destinados a execução de projetos de P&D regulado pela ANEEL; • 20% (vinte por cento) dos recursos devem ser recolhidos ao Ministério de Minas e Energia - MME. O saldo em aberto refere-se aos recursos que aguardam projetos aprovados pela ANEEL para a EPESA poder fazer a destinação do passivo atualizado por juros 1% a.m. além da parcela de dezembro a ser recolhida no mês subsequente para o FNDCT e MME. **17 Provisão para contingência. EPESA. Obrigações contratuais - Regulatórias.** Nos termos da Resolução Normativa ANEEL nº 310 de 29 de abril de 2008 o ONS programou testes de desempenho para o dia 21 de setembro de 2011. Os testes foram acompanhados pela ANEEL e teriam que operar nas potências nominais de 94,05 MW e 142,65 MW, respectivamente. Os testes tiveram que ser interrompidos por falhas em equipamentos de proteção, entre outros, e as usinas foram decretadas 100% indisponíveis. A EPESA solicitou novos testes para comprovar a disponibilidade das usinas e conseguiu concluir, de forma satisfatória, os seus testes entre os dias 27 e 29 de setembro e 5 de outubro, respectivamente. Em função dessa indisponibilidade temporária as usinas estão sujeitas a algumas penalidades previstas nos seus contratos comerciais CCEAR e regulação setorial. As taxas de indisponibilidade são apuradas pela ONS somente no fim do ciclo anual (todo mês de julho) e informadas para a CCEE para redução da garantia física durante os cinco anos subsequentes. Basicamente, o cálculo foi efetuado considerando uma redução na média aritmética do índice de garantia física por cinco ciclos completos (cinco anos) conforme previsto na Cláusula 14 dos contratos comerciais CCEAR além das outras ordinárias à falta de lastro perante as liquidações de curto prazo na CCEE. De acordo com a regulamentação do setor, as usinas participantes do 2º Leilão de Energia Nova em diante podem comprar energia de uma usina tão nova quanto a sua visando extinguir as penalidades aqui mencionadas. A Administração, considerando a perspectiva firme de comprar lastro a partir de janeiro de 2013 e pelo prazo de 60 meses, fez o cálculo da provisão constituída em dezembro de 2011 com um risco máximo de R\$ 12.861, chegando a uma pre-

visão realista de liquidação financeira (efeito caixa) para esse período de 2011 de R\$ 3.435, tendo como premissa um preço médio de liquidação futura de R\$ 165/MWh. Para a indisponibilidade constatada no despacho do ONS desde outubro de 2012 até 31 de dezembro de 2012, a Sociedade utilizou a mesma metodologia de cálculo para a penalidade do ano de 2011, tendo chegado a um valor de R\$ 3.476. Assim sendo, a EPESA tem registrado em 31 de dezembro de 2014 uma provisão total de R\$ 6.911 para contingência das indisponibilidades acima referidas, demonstradas abaixo:

Indisponibilidade de energia

	2014	2013
Competência 2011	3.435	3.435
Competência 2012	3.476	3.476
Total	6.911	6.911

Devido a grandes oscilações ocorridas em 2014 no PLD - Preço de Liquidação das Diferenças no mercado de energia, em decorrência da crise do setor e com perspectivas de ainda perdurar para os anos 2015 e 2016, a empresa decidiu manter os valores provisionados das referidas penalidades, de forma a se ter uma melhor avaliação do cenário setorial em 2015, e assim fazer a reversão anualmente, em função do sistema de liquidação financeira da CCEE nos meses faltantes para cumprimento do prazo de 60 meses de cada penalidade. **Tributárias.** As declarações de rendimentos, assim como outros tributos e contribuições sociais, estão sujeitos a revisão e eventual lançamento adicional por parte das autoridades fiscais durante um período de cinco anos. Entretanto, não existe contra a EPESA e suas controladas quaisquer indicações de contingências relacionadas com o imposto de renda e outros tributos. **Cíveis.** A EPESA é parte de processo no qual a Administração, suportada pela opinião de seus consultores jurídicos, acredita que a chance de êxito seja possível devido ao resultado da audiência preliminar conciliatória, das justificativas e provas apresentadas. Portanto, nenhuma provisão foi constituída. Em 2009, a Areva emitiu e protestou 24 títulos, decorrentes de fornecimento de equipamentos elétricos para a subestação das usinas da Sociedade, totalizando R\$ 7.580 (Nota Explicativa nº 11), que foram custados sob a alegação que (i) os serviços não foram prestados; e (ii) os equipamentos não foram entregues na sua totalidade. O acionista controlador da EPESA ofereceu bens em garantia, suspendeu judicialmente a cobrança e o processo aguarda audiência de instrução. Além do valor das notas fiscais emitidas, que estão registradas contabilmente, o fornecedor também exige multas e juros pelo atraso desses pagamentos, no valor de R\$ 1.975 em 31 de dezembro de 2013, que não está reconhecido contabilmente, uma vez que a expectativa de perda é considerada possível. O risco máximo desse processo em andamento é R\$ 13.597, conforme opinião dos nossos consultores jurídicos. A EPESA, em função desta discussão, entrou com processo de indenização (contingência ativa) contra este fornecedor solicitando (i) R\$ 34.000, por perdas causadas à Sociedade pelo atraso no comissionamento das usinas, reduzindo o seu faturamento entre janeiro e junho de 2009; e (ii) R\$ 8.631 dos serviços que não foram prestados e materiais que não foram entregues e de multas e perdas financeiras que a EPESA incorreu com terceiros pelos atrasos no comissionamento das usinas causados pelo fornecedor. Em dezembro de 2014, foi julgado procedente, em favor da autora EPESA, em primeira instância a medida cautelar e a Ação Ordinária Declaratória de Inexistência de Títulos cumulada com pedido de indenização por danos materiais, declarando nulos os títulos apontados para protestos mencionados na Medida Cautelar e na Ação Ordinária, condenando ainda a Ré a indenizar a parte Autora pelos danos materiais causados no período em que a Autora deixou de iniciar suas atividades operacionais em decorrência do atraso na entrega dos equipamentos por parte da Ré, bem como a importância de pendência pela Autora, decorrente de dívidas contraídas por força da perda da receita, sendo esta também originada pelo atraso relativo ao início das suas atividades operacionais. **Trabalhistas.** A EPESA é parte passiva de 26 processos trabalhistas nos quais os seus consultores jurídicos acreditam que a chance de êxito seja possível. O valor do risco estimado é R\$ 175 em 31 de dezembro de 2014.

ENORTE. Causas de perdas prováveis. Em 31 de dezembro de 2014, a Sociedade possui demandas judiciais classificadas como risco de perdas prováveis por seus assessores jurídicos no montante de R\$ 79 mil. **Causas de perdas possíveis.** A ENORTE também é parte passiva em processo referente ação de cobrança iniciada por FERREL Ind. Ferro e Aço Ltda. em que está sendo cobradas diferenças de serviços prestados no início das atividades da usina no valor de R\$ 124. Os consultores jurídicos acreditam que a chance de perda da ENORTE seja possível. A ENORTE é parte passiva de cinco processos trabalhistas nos quais os seus consultores jurídicos acreditam que a chance de perda seja possível. O valor do risco estimado é R\$ 254 em 31 de dezembro de 2014. **18 Patrimônio líquido (controladora).** Em 31 de dezembro de 2014 e 2013 o capital social subscrito e integralizado era representado por 39.590.000 ações ordinárias nominativas, com valor nominal de R\$ 1,00 (um real) pertencentes à DC Energia e Participações S.A. ("DC Energia"), a. Reserva legal. É constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social nos termos do art. 193 da Lei no 6.404/76, até o limite de 20% do capital social. Em 31 de dezembro de 2014, essa reserva montava em R\$ 7.918, atingindo o limite de 20% do capital social. **b. Remuneração aos acionistas.** Os lucros serão distribuídos conforme determina a Lei nº 197 e Reserva para Retenção de Investimentos (Art. 196), os lucros deverão ser distribuídos como dividendos. Em 2014, a Companhia pagou dividendos apurados em 2013 da conta de Reserva de retenção de lucros no valor de R\$ 33.528 e R\$ 13.290 do saldo da conta Dividendos a pagar, deliberados na AGO/E de 28 de março de 2014. A Companhia provisionou dividendos mínimos obrigatórios de 25% no valor de R\$ 72.486 relativos à distribuição do resultado do exercício de 2014, que inclui o valor de R\$ 94.700 pago antecipadamente em 2014. Em função da preposição de dividendo mínimo obrigatório de 25% do resultado do exercício de 2014, restou um saldo a distribuir no valor de R\$ 217.457, que fica mantido na conta de Reservas de Retenção de Lucros, aguardando disponibilidade de caixa para pagamento. **c. AFAC - Adiantamento para Futuro Aumento de Capital.** Conforme os termos do instrumento societário do AFAC a sua classificação como instrumento patrimonial é apropriada considerando: (i) a sua conversão é irrevogável e irratável; (ii) está dependente de um acordo entre os sócios; (iii) o adiantamento é em Reais sem correção; e (iv) a quantidade de ações é pré-fixada considerando o preço de conversão de R\$1,00. **19 Partes relacionadas.** Os principais saldos, assim como as transações que influenciaram o resultado relativas às operações com partes relacionadas, são decorrentes de contratos de mútuos que incidem juros equivalentes a taxas de empréstimos de capital de giro, calculados a 100% da variação do CDI + 4,5% a.a. até julho de 2014, e após esse mês a taxa passou para 2,5% a.a., refletindo melhor o custo do dinheiro no mercado financeiro. Desta forma, a Administração entende que tais operações são realizadas em condições usuais de mercado. A medida de geração de caixa das empresas devedoras, os mútuos estão sendo liquidados.

	31/12/2014	
	Controladora	Consolidado
	Ativo não circulante	Passivo não circulante
Antares Servicos e Participação Ltda	-	(6.667)
Vig Engenharia Ltda	152	(35)
DC Energia e Participações S.A.	-	(3.140)
Centrais Elétricas de Pernambuco S.A.	-	-
Ebrasil Energia Ltda.	-	-
Total	152	(3.140)

	31/12/2013	
	Controladora	Consolidado
	Ativo não circulante	Passivo não circulante
Antares Servicos e Participação Ltda	-	(6.774)
Vig Engenharia Ltda	25	(34)
DC Energia e Participações S.A.	-	(111)
Centrais Elétricas de Pernambuco S.A.	-	(2.074)
Ebrasil Energia Ltda.	4.712	(2.052)
Total	4.737	(4.237)

	2014	2013
Receita de aluguel e prestação de serviços	37.242	34.599
Receita de disponibilidade e geração de energia	1.204.899	560.421
PIS, COFINS e ISS sobre o faturamento	(114.434)	(55.176)
P&D e Desenvolvimento	(6.468)	(5.765)
Indisponibilidade de potência contratada	(52.768)	(3.776)
Total de receitas	1.110.308	531.015

EPESA. A controlada EPESA reconheceu receitas variáveis uma vez que houve despacho pelo ONS a partir de outubro de 2012 até maio de 2013. Em 2014, com agravamento da crise energética, a partir de agosto houve geração em plena carga até dezembro. A receita fixa é atualizada na data base do reajuste tarifário de cada Distribuidora de energia, respeitado o prazo mínimo legal de 12 meses e é destinada para cobrir os custos fixos e eventuais custos associados à declaração de inflexibilidade. A parcela de receita variável corresponde ao produto do custo variável unitário pela diferença entre a energia verificada e a energia correspondente a declaração de inflexibilidade. Não cabe parcela variável às usinas que não são despachadas pelo ONS. **ENORTE.** A receita da controlada ENORTE possui um componente fixo aluguel dos equipamentos e um componente variável prestação de serviço de operação e manutenção. As receitas de prestações de serviços são faturadas no mês subsequente ao mês em que o serviço foi efetivamente prestado, sendo a medição e homologação por parte do tomador dos serviços. Desta forma estas receitas e seus impostos são contabilizados como "a futuro".

21 Custos dos serviços prestados

	2014	2013
Óleo diesel	(633.168)	(333.265)
TUST	(11.015)	(10.306)
Depreciação	(15.632)	(14.838)
Amortização do diferido	(2.331)	(2.331)
Recomposição do sistema	(29.219)	(7.266)
Mão de obra direta	(15.008)	(11.271)
Sistema de contabilização e liquidação financeira CCEE	(52.768)	(3.863)
Total de custos dos serviços prestados	(684.784)	(402.165)

EPESA. A controlada precisou adquirir óleo diesel para cumprir com o despacho contínuo do ONS a partir de outubro de 2012 até maio de 2013 e de agosto até dezembro de 2014 com o agravamento da crise energética (Nota Explicativa nº 1), refletido na conta "Óleo Diesel". O principal custo recorrente registrado na conta "TUST" refere-se ao valor pago para as transmissoras pelo uso das redes de transmissão, cobrados pela utilização das instalações e componentes da rede básica, conforme definido por meio de Resolução da ANEEL. O custo é incorrido independentemente do despacho energia pelas usinas e é atualizado anualmente com base em regras específicas. A conta de "Recomposição do sistema" registra a compra de energia para reposição da venda acima da garantia física referente ao percentual de perdas entre as medições brutas, ou seja, entre os barramentos de 34,5kV e o centro de gravidade do sistema interligado nacional. Estas perdas são o somatório das perdas internas e do S&A, e estão sendo compensadas mensalmente com a aquisição de contratos bilaterais de energia no mercado de curto prazo. Neste custo também está sendo contabilizada a compra de energia pertinente a indisponibilidade ocorrida em 2011. O aumento do saldo de 2014 em relação a 2013 deve-se ao maior volume de geração em MWh em 2014 (Nota Explicativa nº 1). **ENORTE.** Em 2013 e 2014 a empresa tem alugado Grupos Geradores, classificados na conta "Serviços e outros", tendo por objetivo manter uma reserva técnica para atender a demanda de geração para Amazonas Energia, dando assim maior confiança na performance da Usina, evitando assim penalidades por indisponibilidade.

22 Despesas administrativas

	2014	2013
Serviços contratados	(1.555)	(799)
Sessoal administrativo	(37)	(9.207)
Despesas de viagens	(31)	(10.551)
Impostos e taxas	(72)	(35)
Depreciação	-	(381)
Telefonia e serviços de apoio	-	(29)
Outros	(181)	(80)
Total das despesas administrativas	(2.164)	(980)

23 Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas

	2014	2013
Receitas financeiras	-	10
Juros sobre aplicações financeiras	368	1.283
Juros contratos de mútuos	26	6
Juros e rendimentos	15	300
Variação monetária ativa	409	1.057
Total	(837)	(2.092)

24 Despesas financeiras, líquidas

	2014	2013
Juros sobre debêntures	(573)	(1.506)
Juros sobre empréstimos	-	(1.885)
Juros e IOF sobre empréstimos	(263)	(440)
Juros e IOF sobre mútuos	(1)	(71)
Juros e multas pagas a fornecedores	(1)	(75)
Total	(837)	(2.092)

Resultado financeiro, líquido

	2014	2013
Resultado financeiro, líquido	(428)	(1.035)

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

25 Instrumentos financeiros. EPESA. A EPESA revisa os principais instrumentos financeiros ativos e passivos, bem como os critérios para a sua valorização, avaliação, classificação e os riscos a eles relacionados, os quais estão descritos a seguir: • **Caixa e equivalentes de caixa** - são classificados como mantido para negociação. O valor de mercado está refletido nos valores registrados nos balanços patrimoniais; • **Contas a receber de clientes** - decorrem diretamente das operações da Sociedade, são classificados como empréstimos e recebíveis, e estão registrados pelos seus valores originais, sujeitos a provisão para perdas e ajuste a valor presente, quando aplicável; • **Fornecedores** - decorrem diretamente das operações da Sociedade e são classificados como passivos financeiros e são mensurados ao valor justo. • **Empréstimos para capital de giro** - o principal propósito desses instrumentos financeiros é gerar recursos para financiar as necessidades de fluxos de caixa no curto prazo. São classificados como passivos financeiros não mensurados ao valor justo, e estão contabilizados pelos seus valores contratuais, atualizados pela taxa efetiva de juros das operações. Os valores de mercado desses empréstimos são equivalentes aos seus valores contábeis. Trata-se de instrumentos financeiros com características oriundas de fontes para capital de giro da Sociedade com custos atrelados à CDI. • **Debêntures não conversíveis** - são recursos para a construção das usinas e estão classificados como passivos financeiros não mensurados ao valor justo, e estão contabilizados pelos seus valores contratuais, atualizados pela taxa efetiva de juros da operação. Trata-se de instrumentos financeiros com características de financiamentos de projetos de infraestrutura, com custo financeiro de TR + 10% a.a. Os valores contábeis e de mercado dos instrumentos financeiros em 31 de dezembro de 2014 e 2013 são como segue:

	2014	2013
	Valor contábil	Valor de mercado
Caixa e equivalentes de caixa	66.176	66